



Prefeitura Municipal da
Estância de Socorro



ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE RECURSOS HUMANOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOCORRO

Às dez horas do dia vinte e seis de outubro do ano de dois mil e vinte três, em ambiente virtual realizou-se a primeira reunião do Grupo Permanente de Recursos Humanos do Conselho Municipal de Saúde. A reunião contou com a presença dos conselheiros que assinam a lista de presença integrante desta. Esta primeira reunião tinha como pauta organizar os trabalhos da Comissão, seus objetivos, metas e resultados a serem alcançados para apresentação e posterior votação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde.

O Sr. Carlos iniciou os trabalhos trazendo a preocupação da representação dos trabalhadores no COMUSA com relação aos seguintes pontos:

- . necessidade de realizar treinamentos visando o fortalecimento do trabalho dos profissionais da Saúde;
- . necessidade de um acompanhamento da saúde mental para todos os trabalhadores da saúde (problemas de estresse, medicalização como resultado da culpabilização pelos conflitos no trabalho, insegurança em relação aos ganhos salariais, etc.).

A Sra. Giselle relembrou as iniciativas quando estava no NASF. Segundo ela, o projeto era voltado aos servidores municipais, e o pessoal da saúde e da educação era os que menos procuravam. "Por que as pessoas não queriam participar?", questiona-se.

Para o Sr. Carlos, as pessoas muitas vezes têm medo de sofrer perseguições. Isto acontece tanto no setor público como no privado. São muitas as situações de drogadição, alcoolismo, e de medicalização. Sr. Antonio afirma que, diante da experiência clínica e com trabalhadores e trabalhadoras, observa que as pessoas acabam se culpando pelos problemas, e se isolam, o que agrava ainda mais os diversos quadros de adoecimento mental e físico.

Sr. Antonio apresentou uma dúvida: "qual o recurso orçamentário da SMS para investimento em Formação Permanente e atividades que favoreçam a qualidade de vida (sic)".

Sr. Carlos trouxe um outro ponto que ele tem acompanhando em algumas unidades: ainda há confusões entre as equipes de enfermagem sobre o pagamento em relação piso. Sra Giselle esclareceu que a SMS chamou o pessoal da enfermagem para explicar os cálculos que receberam do Ministério da Saúde e, além disto abriu a possibilidade de conversarem individualmente para esclarecimentos. Ela questiona: "Mas quais são as problemáticas e qual a proporção destes problemas?"(sic).

Sr. Antonio propõe que o Sindicato e a Prefeitura/SMS possam constituir uma Mesa de Negociação para tratar do conjunto destas questões. Pode ser uma mesa só com os trabalhadores e trabalhadoras da Saúde.

Na questão da Capacitação Permanente, Sra. Giselle fala que existem também os cursos da UNASUS/FIOCRUZ. São bons cursos e gratuitos e que os trabalhadores e trabalhadoras podem acessá-los. Citou como exemplos, do que pode ser feito em termos de capacitação, a parceria da Prefeitura com o SEBRAE que oferece para todas os



Prefeitura Municipal da
Estância de Socorro

equipamentos públicos da cidade o curso "Atendimento Nota Mil". O CMDCA ficou de ofertar um curso de formação em "Escuta Especializada". Ela também propôs elaborarmos um questionário para conhecermos as demandas e os problemas em saúde do pessoal da Saúde. Sr. Antonio propõe construirmos um questionário a partir de outros modelos para darmos início a este trabalho de levantamento de informações a partir dos problemas que o Sr. Carlos apresentou.

Sr. carlos levantou uma preocupação com relação à fatia orçamentária em 2024 para os trabalhadores da Saúde e para a Saúde do Trabalhador da Saúde.

Sr. Antonio propôs para encaminhar para o Conselho as seguintes propostas:

- * criar o Programa Qualidade de Vida e a Saúde do Trabalhador da Saúde, começando por garantir recursos para o Orçamento de 2024;
- * elaborar e aplicar o questionário Qualidade de Vida e Saúde do Trabalhador da Saúde;
- * garantir recursos em rubrica específica para Capacitação Permanente na SMS com programa que considere às necessidades dos servidores em conjugação com aquelas da Secretaria de Saúde;
- * apresentar um estudo sobre a viabilidade de termos um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador na cidade, tanto para setor publico como privado; e
- * criar um espaço de Negociação dos conflitos de trabalho limitado aos trabalhadores e trabalhadoras da Saúde, e não a todos os servidores da prefeitura. Lembrando que esta proposição dependerá da aprovação tanto do Sindicato, quanto da Prefeitura.

Antonio José Rollas de Brito	
Carlos Antonio de Souza Vido	
Maria Giselle Alonso Gonçalez	